



SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES COM TRANSTORNO MENTAL

VITÓRIA SANTOS DE SANTANA; LARISSA PINHEIRO LEÃO MESQUITA

RESUMO

A assistência à mulher é um tema recorrente que obteve inúmeros avanços nas últimas décadas, visando um olhar integral a saúde da mulher. E no que se refere a mulheres com transtorno mental essa assistência encontra inúmeros desafios. O presente trabalho tem como objetivo apontar o direito da mulher com transtorno mental a uma assistência integral com enfoque na saúde sexual e reprodutiva, bem como apresentar a deficiência do sistema e a necessidade de ações resolutivas. Justificando-se a partir da suscetibilidade de mulheres que desenvolveram transtornos mentais e sofreram preconceitos e violências, para que possam fazer parte de um sistema de atenção e cuidado estruturado. Foi realizada uma revisão de literatura a fim de responder a pergunta norteadora “Como funciona a saúde sexual e reprodutiva de mulheres com transtornos mentais?” para isso foram analisadas a seleção de artigos, teses e livros, na base de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE /Pubmed) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) publicados de 2004 a 2021. Foram pesquisados 30 artigos como fonte de consulta para realização de análises, sendo utilizados 08. Onde se observou que mesmo com a criação de políticas públicas o matriciamento entre a atenção primária e os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), existe um despreparo na prestação desse serviço, uma deficiência de programas que abordem de forma efetiva esse público, reconhecendo a necessidade de capacitação profissional que promova uma rede de atenção à sexualidade e saúde sexual e reprodutiva de mulheres com transtorno mental.

Palavras-chave: assistência à mulher; vulnerabilidade psicossocial; sexualidade; estigmas sociais; despreparo profissional.

1 INTRODUÇÃO

A assistência à mulher é um tema recorrente que obteve inúmeros avanços nas últimas duas décadas, visando às reivindicações femininas e a necessidade de um olhar integral à saúde da mulher, propondo através do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que os serviços de saúde prestem assistência integral às mulheres em todas as suas fases da vida, de acordo com as suas necessidades e particularidades, realizando promoção, proteção e recuperação em saúde (BRASIL, 2004).

Não foi, porém, o estabelecimento do PAISM suficiente para a resolução de todos os problemas relacionados à temática, pois no decorrer foram observados falhas, dificuldades e desafios no que se referia à atuação integral do mesmo em grupos femininos em grau de vulnerabilidade maior, como é o caso das mulheres com transtorno mental (BRASIL, 2004). Nesse contexto na mesma década foi criado os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que têm o objetivo de acolher, apoiar e estimular a integração de indivíduos com transtornos mentais e a sua família na sociedade, através do apoio matricial na rede básica de saúde, o CAPS e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) devem oferecer suporte técnico especializado a esse público, a fim de sanar as necessidades e gerar um cuidado integral (MOURA et al.,

2012).

Alguns estudos apontam a dissociação dos cuidados relacionados a essa parcela da sociedade, expondo que, na maioria das vezes, não é feita a triagem de saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres e, assim, é negligenciada (FORTES et al., 2021)

Os problemas de saúde sexual e reprodutiva estão dentre as principais causas de doença e morte em mulheres. Devido a estigmas sociais presentes até mesmo na visão de profissionais, as mulheres com transtornos mentais recebem uma conotação negativa ao que se refere saúde sexual e reprodutiva, negando-as a possibilidade de serem sexualmente saudáveis e ativas e de construírem uma família, tornando-as ainda mais vulneráveis (FORTES et al., 2021). Dessa forma, o presente trabalho justifica-se a partir da suscetibilidade de mulheres que desenvolveram transtornos mentais a sofrerem preconceitos e violências, visando analisar para contribuir com a estruturação de um sistema integral de atenção e cuidado.

Reconhecendo assim, que a saúde sexual e reprodutiva é parte fundamental da saúde humana, sendo essencial para o seu desenvolvimento pessoal e qualidade de vida, devem-se reconhecer tais lacunas com grande preocupação com isso, o presente trabalho tem como objetivo apontar o direito da mulher com transtorno mental a uma assistência integral com enfoque na saúde sexual e reprodutiva, bem como, apresentar a deficiência do sistema e a necessidade de ações resolutivas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura, sendo um método que permite realizar uma síntese de diversos estudos a fim de gerar conclusões. A utilização desse método pautou-se na seleção de artigos baseados nas seguintes palavras-chave: saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, atenção integral. Sendo assim, a pergunta norteadora baseia-se em: “Como funciona a atenção à saúde sexual e reprodutiva da mulher com transtorno mental?”

Foram pesquisados artigos, teses e livros nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE /Pubmed) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) publicados de 2004 a 2021. Foram pesquisados 30 artigos como fonte de consulta para realização de análises, sendo utilizados 08. Os critérios de exclusão para seleção de artigo foram aqueles que não apresentavam resumo, os indisponíveis em português e os que não contemplavam os objetivos do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) tem como princípio prestar uma assistência integral que vise todas as fases da vida da mulher, de acordo com suas necessidades e particularidades, realizando promoção, proteção e recuperação de saúde (BRASIL, 2004).

A mesma ainda corrobora a saúde mental com enfoque no gênero como um dos desafios a superar, pois são grupos femininos expostos a um grau de vulnerabilidade maior tanto pelo transtorno mental, quanto pela deficiência de uma assistência justa, humana que enxergue a mulher em sua totalidade (BRASIL, 2004).

Os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) são responsáveis por prestar assistência não só as necessidades psiquiátricas estimulando a integração familiar e social apoiando na busca por autonomia, mas também, através do matriciamento, ferramenta organizacional da rede de atenção, oferecendo suporte técnico a atenção a saúde mental em conjunto com a rede básica, estabelecendo um elo entre as práticas de saúde mental e Estratégia da Família (ESF) prestando uma atenção sem discriminações e imposições de valores e crenças (MOURA et al., 2011).

Moura et al (2011) enfatiza em suas pesquisas o direito das mulheres portadoras de transtornos mentais aos serviços prestados pela ESF que respondem as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Tais serviços que são assegurados pelas propostas da PNAISM, como:

“melhoria da atenção obstétrica; planejamento familiar; atenção ao abortamento; combate à violência doméstica e sexual; cuidado a saúde da adolescente e da mulher no climatério; bem como, a prevenção e tratamento de mulheres com HIV/AIDS” (BRASIL, 2004).

Entretanto, estudos como o de Detomini et al (2016), Souza (2014) e Fortes et al (2021) apontam a deficiência nessa rede de atenção que limitam a sexualidade e a qualidade de saúde sexual desse grupo, expondo-os a uma vulnerabilidade maior decorrente de estigmas sociais, bem como, do despreparo profissional e a falta de programas que propicie de forma ativa a promoção, prevenção e reabilitação em saúde.

Em decorrência disso, as pesquisas de Mann et al (2018) e Barbosa et al (2011) apresentam as elevadas taxas de infecção por HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), reafirmando a deficiência do sistema e a suscetibilidade das usuárias de serviços de saúde mental, sendo isso relacionado a alguns fatores como, multiparcerias sexuais, abuso sexual, racionalidade prejudicada e desvantagens sociais e econômicas, fazendo com que haja uma reflexão acerca da necessidade de ações educativas preventivas das IST, bem como, informação sobre limites sexuais afim de se evitar abusos; expor seus direitos e alertar sobre exploração sexual.

Diante da fraqueza do sistema no que se refere a atenção a sexualidade das portadoras de transtornos mentais, Moura et al (2011) aborda no seu estudo mais um fator, a necessidade de planejamento familiar e a necessidade de intervenção para esse público.

“... essas mulheres apresentam necessidade de atenção em planejamento familiar, bem como perfil gineco-obstétrico semelhante a maioria das mulheres em idade fértil sem diagnóstico de transtorno mental, identificando a necessidade de ações voltadas para esse público alvo” (MOURA et al., 2011).

Em concomitância, Monti e Camiá (2013) corroboram em seu estudo, a suscetibilidade dessas mulheres à uma gravidez indesejada, bem como, aos fatores que relacionam a maternidade e o transtorno mental como o efeito dos psicotrópicos durante a gestação e a racionalidade prejudicada que podem ocasionar dificuldades nos cuidados maternos, enfatizando assim, a importância e necessidade de um planejamento familiar específico, adequado e efetivo a essa população.

Em análise da visão dos profissionais acerca dessa problemática, pesquisas apresentam o olhar carregado de estigmas e preconceitos diante a assistência, bem como, tamanho despreparo profissional, sendo reflexo de um sistema de saúde fragmentado onde há pouca informação e capacitação dos mesmos para lidar com o matriciamento, enfatizando a desinformação e falta das estratégias das UBS para atender as especificidades das mulheres com transtornos mentais nos serviços prestados, assim como, os CAPS deixam de realizar triagens de saúde sexual, bem como, não demonstram estar a par das ações que devem estar disponíveis a esse público (MOURA et al., 2011).

4 CONCLUSÃO

A assistência integral à saúde da mulher com transtorno mental é um tema fundamental que precisa ser abordado de forma ampla e eficiente pelos serviços de saúde. Embora tenha havido avanços significativos nos últimos anos com a criação de programas de assistência à saúde da mulher e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ainda há muitas

lacunas e desafios a serem enfrentados nessa área. A falta de atenção à saúde sexual e reprodutiva das mulheres deve ser uma preocupação constante, já que pode levar a problemas graves de saúde e a uma maior vulnerabilidade. A revisão de literatura apresentada neste trabalho demonstrou a necessidade de ações resolutivas para garantir o direito dessas mulheres a uma assistência integral e focada em sua saúde sexual e reprodutiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. A. G; FREITAS, M. I. F. Vulnerabilidade em face das infecções sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS nos roteiros sexuais de mulheres com transtornos mentais. **Rev Min Enferm**, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes/Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DETOMINI, V. C; RASERA, E. F; PERES, R. S. Sexualidade e saúde mental: vivências, serviços e estigmas. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, 2016.

FORTES, D.C.S.; SILVA, M.R.S.; FONSECA, K.S.G.; SILVA, A.S.B.; CARVALHO, E.M.F.B. Saúde sexual e reprodutiva das mulheres com transtorno mental: percepção dos profissionais de saúde. **Interface**, n.25, 2021.

MANN, C. G; MONTEIROS, S. Sexualidade e prevenção das IST/aids no cuidado em saúde mental: o olhar e a prática de profissionais no município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 2018.

MONTI, E. M. M; CAMIÁ, G. E. K; Anticoncepção entre mulheres portadoras de transtornos mentais. **Bis: Boletim do Instituto de Saúde**, vol 17, 87-95, 2016.

MOURA, E.R.F.; GUEDES, T.G.; FREIRE, S.A.; BESSA, A.T.; BRAGA, V.A.; SILVA, R.M. Planejamento familiar de mulheres com transtorno mental: o que profissionais do CAPS têm a dizer. **Rev Esc Enferm USP**, 46 (4), 2012.

SOUZA, M. C. M. R; Representações de profissionais da saúde mental sobre sexualidade de pessoas com transtornos mentais. **Universidade Federal de Minas Gerais**, 2014.